



Travando a Contrainsurgência na **ARGÉLIA** O PONTO DE VISTA FRANCÊS

Tenente-Coronel Philippe François, Corpo de Fuzileiros Navais da França

O Tenente-Coronel Philippe François é chefe do Gabinete de Implementação das Lições Aprendidas do Centro de Doutrina e Lições Aprendidas da França. Formou-se pela Academia Saint-Cyr e pela Escola de Estado-Maior da França. Participou de várias operações com os Fuzileiros Navais franceses.

FOTO: As tropas francesas fecham a notória casbá de Argel, um bairro árabe superlotado de 400 anos, em 27 de maio de 1956, na Argélia, antes de uma invasão surpresa de 18 horas, que resultou na descoberta de um grande estoque de despojos militares. O destacamento encarregado do golpe de mão, de 7.500 homens, incluindo 1.500 policiais especiais, capturou 4.480 árabes, dos quais 522 foram detidos como "supersuspeitos".

Foto da AP

A Frente de Libertação Nacional (FLN) estimou, em 1962, que quase oito anos de revolução haviam custado 300.000 mortes por causas relacionadas à guerra. Mais tarde, fontes argelinas calcularam o número em aproximadamente 1,5 milhão de mortes, enquanto os oficiais franceses estimaram em 350.000. As autoridades militares francesas registraram quase 18.000 mortos (6.000 por causas não relacionadas ao combate) e 65.000 feridos. As baixas civis europeias excederam 10.000 (incluindo 3.000 mortos) em 42.000 incidentes terroristas registrados. Segundo as cifras francesas, as forças de segurança eliminaram 141.000 combatentes rebeldes, e mais de 12.000 argelinos morreram em expurgos internos da FLN durante a guerra. Outros 5.000 morreram nas "guerras dos cafés" na França entre a FLN e grupos argelinos rivais. As fontes francesas também estimaram que 70.000 civis muçulmanos foram mortos ou sequestrados e supostamente mortos pela FLN.¹

—Biblioteca do Congresso, Estudo de País - Argélia

UM DOS PERÍODOS que causaram mais divisão interna na história recente da França ocorreu quando o país travou uma guerra (1954-1962) para manter a soberania sobre o território francês na Argélia. A guerra da Argélia oferece um estudo de caso

Muitos nas forças militares francesas consideram a guerra na Argélia uma brilhante história de sucesso operacional e tático — e um grande fracasso estratégico e político...

excepcionalmente rico de uma insurgência, que contém lições valiosas sobre a dinâmica de contrainsurgência e conflitos internacionais decorrentes do descontentamento ideológico, político e cultural.

Tecer comparações entre a guerra da Argélia e o conflito no Iraque é tentador da perspectiva de contrainsurgência, mas é preciso ter cautela. Executar uma campanha de contrainsurgência não é como cozinhar; as lições aprendidas de um conflito não se convertem automaticamente em receitas para resolver outro. Muitos nas forças militares francesas consideram a guerra na Argélia uma brilhante história de sucesso operacional e tático — e um grande fracasso estratégico e político, de fato, um desastre com consequências devastadoras para a França no curto prazo e efeitos adversos duradouros nas forças militares francesas.

Antecedentes Gerais e Contexto da Guerra

É difícil descrever adequadamente a profundidade de sentimento que os franceses tiveram um dia em relação à Argélia colonial. A relação da França com a Argélia como colônia era singular. Situada logo do outro lado do Mar Mediterrâneo em relação à França, a Argélia era a parte não continental mais próxima do Império Francês. As comunicações e viagens eram muito mais fáceis e comuns que com as outras colônias. A França e a Argélia tinham uma interdependência econômica bem maior, e alguns setores da sociedade argelina se identificavam com a França política e culturalmente. A Argélia era mais que apenas uma colônia para os franceses. Era um verdadeiro território francês, não um simples meio de exploração econômica. Aproximadamente um milhão de cidadãos franceses de etnia europeia moravam na Argélia. Um de cada nove argelinos era des-

cedente de colonos franceses e considerava a Argélia como parte da França e como terra natal ancestral. A maioria dos franceses na Argélia a via da mesma forma que os cidadãos norte-americanos que moram em lugares como Porto Rico e Guam (ou Alasca e Havai antes de se tornarem estados) veem esses lugares: como territórios nacionais legítimos.

Antes de os franceses chegarem, não existia a Argélia na África do Norte. Os franceses a formaram ao incorporar uma coleção de cidades-estado, comunidades mercantis litorâneas e áreas tribais independentes numa única entidade econômica e política. De fato, a guerra franco-argelina deu origem à nação da Argélia da mesma forma que a Guerra Revolucionária da América com a Inglaterra deu origem aos Estados Unidos.

A origem da Argélia e a natureza de sua relação com a França fizeram o conflito de 1954 a 1962 penoso à consciência nacional francesa. A Guerra da Argélia lançou as inquietas populações nativas da África do Norte em busca da independência contra franco-argelinos ferrenhos, determinados a impedir a independência. Os franceses se retiraram da Argélia sob circunstâncias consideradas humilhantes, degradantes e desnecessárias pelas forças militares.

A guerra provocou divisões nacionais e turbulência civil na França, e até hoje o resultado da guerra ainda gera tensão ocasionalmente. O ressentimento ainda ferve lentamente quanto ao que alguns franceses veem como a perda desnecessária de um legítimo território francês, continuando o conflito a influenciar as relações entre a França e a Argélia.

Parte desse legado trágico decorre da forma como as forças militares francesas decidiram lidar com a insurgência argelina que despontava. Acreditando não possuir alternativas, as Forças Armadas recorreram a medidas draconianas — algumas das quais, em retrospecto, parecem desnecessariamente brutais. Além disso, oficiais militares franceses de alto escalão se rebelaram abertamente contra seus líderes civis eleitos e, ao fazê-lo, mancharam a honra das Forças Armadas francesas.

A atitude desafiadora das Forças Armadas francesas em relação à autoridade civil se

sucedeu a uma luta longa e amarga na Argélia, que, na opinião de muitos nas forças militares, a França ganhara à custa de pesadas baixas. Muitos nas Forças Armadas expressaram choque, repulsa e indignação quanto à decisão de conceder a independência à Argélia depois de a França conseguir suprimir a insurgência. Alguns consideraram a medida uma traição nacional. A decisão trouxe péssimas consequências para os cidadãos franceses que haviam depositado sua confiança no governo e nas forças militares. Mais de um milhão de refugiados franco-argelinos foram desarraigados de suas casas e forçados a partir para a França depois que a independência foi concedida à Argélia.

O descontentamento alimentado por esses desdobramentos levou à tentativa de assassinato de um presidente francês e a duas tentativas de golpe militar contra um governo considerado antifrancês e ilegítimo por alguns nas Forças Armadas. Ironicamente, os líderes civis e militares franceses poderiam ter aprendido muitas lições úteis do conflito, mas não o fizeram. De modo lamentável, mas compreensível, as forças militares francesas decidiram ter amnésia coletiva sobre a Argélia durante 40 anos, caindo, de forma acentuada, o número de estudiosos sobre o envolvimento da França na Argélia.

Com o tempo, a necessidade de aplicar técnicas eficazes de contrainsurgência no Iraque e Afeganistão, África, Ásia Central e Extremo Oriente despertou um interesse renovado nas lições de insurgências passadas. As agências norte-americanas estudaram e analisaram a guerra da Argélia, mas a escassez de comentários da França nessa área continua a dificultar os esforços de extrair lições da experiência.

A França na África do Norte. Depois que Roma destruiu Cartago em 146 a.C., os romanos estavam entre os primeiros europeus a ter contato com os berberes que habitavam o que é hoje a Argélia. Os romanos repeliram os berberes para o interior da África a fim de abrir espaço para o assentamento romano na costa norte-africana. O cristianismo chegou à área no século II d.C., e, no fim do século IV, a maioria dos berberes havia se convertido. No século V d.C., os vândalos conquistaram e colonizaram a mesma região costeira. A

influência do cristianismo entre os berberes foi relativamente efêmera. As expedições militares árabes conquistaram rapidamente a área no século VII d.C., introduzindo o Islã e a língua árabe. A área acabou ficando conhecida como Barbária. Sua população morava em centros mercantis urbanos, áreas tribais no interior e enclaves controlados por piratas ou corsários, que ganhavam a vida atacando comerciantes marítimos que navegavam pelo Mediterrâneo.

As fronteiras da Argélia moderna começaram a tomar forma em 1830, quando o governo francês começou a exercer uma autoridade política sobre os postos avançados mercantis e militares e sobre uma área em constante crescimento colonizada pelos europeus franceses *pied noirs* (pés pretos), assim chamados devido a suas habilidades essencialmente agrícolas e experiência mercantil. Para apoiar o crescimento da agricultura e do comércio, a França organizou “departamentos ultramarinos” dentro do governo francês, contando o norte da Argélia com forte representação na Assembleia Nacional Francesa.

Em 1848, a França sujeitara quase todo o norte da Argélia ao seu controle político e econômico. Subsequentemente, a Segunda República (sob Luís Napoleão) declarou as terras colonizadas parte da própria França. Nos termos dessa declaração, transformou Argel, Orã e Constantina em unidades administrativas e territórios civis franceses sob um governo civil. Durante esse processo, os líderes nativos locais foram marginalizados ou eliminados, e o sistema educacional abolido.

A administração francesa da Segunda República sustentou que os muçulmanos e judeus nativos da Argélia tinham a nacionalidade, mas não a cidadania francesa. Durante o período do Terceiro Império da França, foi concedida a cidadania francesa plena aos judeus residentes na Argélia, que tinham sido mais receptivos à colonização francesa. Em 1865, Napoleão III ofereceu a cidadania francesa plena aos muçulmanos também — se renunciassem a lei islâmica Sharia. Como a maioria dos 8,4 milhões de berberes e muçulmanos árabes residentes na área considerava tal ação heresia, poucos buscaram a cidadania.

O resultado prático disso foi a posterior insatisfação em relação ao que a maioria da população muçulmana veio a considerar uma ocupação francesa ilegítima. Ironicamente, esse descontentamento cresceu à medida que a exposição à cultura e à educação francesas popularizou os ideais da igualdade humana e da liberdade natural. Além da humilhação diária decorrente da negação dos direitos de cidadão, esse período foi marcado por grande expansão econômica, desenvolvimento de infraestrutura e formação de novas classes sociais muçulmanas, geradas, em parte, pelas ideias francesas que defendiam os direitos humanos universais e a independência política. Essa dissonância ajudou a moldar uma identidade nacional argelina separatista.

Durante as primeiras décadas do século XX, a administração francesa reagiu aos protestos políticos muçulmanos e ao nascente sentimento nacionalista argelino com a promulgação de leis que restringiam os protestos e a liberdade de expressão. Essa reação foi profundamente contraproducente, tendo exatamente o efeito oposto ao desejado pelos franceses. Não obstante, quando a Segunda Guerra Mundial começou, muitos muçulmanos argelinos apoiaram a causa francesa.

Em março de 1943, o líder muçulmano Ferhat Abbas usou a lealdade muçulmana à França em tempos de guerra para exigir mais direitos políticos. Seu “Manifesto do Povo Argelino” exigiu que a constituição garantisse a igualdade dos muçulmanos perante a lei e o direito de participar no processo político argelino.

O governo francês respondeu ao manifesto em 1944 com sua própria proposta de reforma, que oferecia a cidadania francesa plena a certos muçulmanos com base num sistema de mérito. A comunidade muçulmana recebeu essa proposta com escárnio por várias razões, sendo uma das principais o fato de que ela só permitia que um número relativamente pequeno de muçulmanos se qualificasse imediatamente para a cidadania. Em 8 de maio de 1945, quando uma manifestação pró-independência se tornou violenta, as forças militares e de segurança francesas responderam com força repressiva para restaurar a ordem, prenderam os líderes dos protestos e fecharam os centros utilizados para organizá-los.

Em 1954, um milhão de franco-argelinos europeus moravam na Argélia entre 8,4 milhões de “meio-cidadãos”, que se ressentiam da situação.

Durante ações relacionadas, aproximadamente 100 europeus e 15.000 ativistas muçulmanos nativos foram mortos.

O resultado sangrento do protesto produziu um incômodo hiato de nove anos na resistência organizada e aberta contra o governo, mas também marcou uma virada decisiva na atitude de muitos ativistas muçulmanos. Deixaram de acreditar que as demonstrações ou protestos pacíficos teriam qualquer impacto em mudar as políticas francesas. Além disso, os franceses não fizeram nada para mudar o status de cidadania dos muçulmanos argelinos.

O governo francês agravou o problema ao se concentrar na reconstrução da França continental devido à devastação e à desordem da Segunda Guerra Mundial, num processo de modernização que tinha sido adiado por décadas. A Quarta República da França, um regime político instável, conseguiu lançar projetos de modernização, mas não foi capaz de administrar com eficácia as situações de emergência como as crises coloniais. A debilidade do governo foi agravada pelo retorno de militares franceses da Indochina, onde tinham acabado de sofrer uma derrota. Cientes de que tinham abandonado um grande número de legalistas vietnamitas ao castigo severo ou morte nas mãos de membros do Vietminh, os militares franceses consideravam a retirada do Vietnã como uma mancha na sua honra. Oficiais e sargentos franceses amargurados proclamaram que nenhuma experiência do tipo voltaria a ocorrer no antigo império colonial durante seu tempo de serviço.

Contudo, o povo francês não compartilhava dessa firme determinação. A Segunda Guerra Mundial e a Indochina o tornaram indiferente à situação na Argélia. O envio de recrutas para lutar e morrer no que a maioria considerava como mais uma guerra externa fútil não teve boa aceitação entre eles. A falta de entusiasmo popular pela execução de operações militares para

manter colônias estrangeiras estava em sintonia com o resto do mundo também. A colonização caíra em descrédito na comunidade internacional, que, unida, exercia pressão contra as nações que buscavam manter suas ex-colônias. As duas grandes potências mundiais surgidas da Segunda Guerra Mundial — os EUA e a União Soviética — defendiam os movimentos de descolonização e independência, mesmo que o fizessem por diferentes motivos estratégicos.

A soberania francesa sobre a Argélia ficou mais problemática quando os estados vizinhos, Marrocos e Tunísia, se tornaram independentes. O exemplo dos vizinhos recém-independentes deu à Argélia um estímulo adicional para buscar a independência por quaisquer meios, incluindo a insurgência organizada e o terrorismo. Em 1954, um milhão de franco-argelinos europeus moravam na Argélia entre 8,4 milhões de “meio-cidadãos”, que se ressentiam da situação. Esse conjunto de circunstâncias preparou o terreno para a guerra aberta que estourou.

A Frente de Libertação Nacional e o Exército de Libertação Nacional

Surgiram grupos de oposição nativos em resposta à intransigência francesa em conceder a cidadania aos muçulmanos. Eram relativamente desorganizados, e seus esforços foram ineficazes a princípio, até que uma organização abrangente chamada Frente de Libertação Nacional (FLN) se estabeleceu em 1º de novembro de 1954. A FLN reuniu a maioria dos grupos insurgentes e ativistas numa única organização para protestar contra as injustiças sociais e políticas, condições econômicas precárias para os muçulmanos, administração ineficaz, falta de serviços sociais e a desconsideração à religião como uma característica da identidade nacional, se não do governo.²

A FLN começou como uma organização secreta influenciada por movimentos de independência anticoloniais que se alastravam com rapidez. Mesmo não sendo uma organização comunista, a FLN conseguiu extrair lições aprendidas do Vietminh. Embora tirasse proveito da experiência dos veteranos muçulmanos argelinos que tinham servido no Exército Francês na Indochina, a FLN era um movimento naciona-

lista fortemente influenciado pelo Presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, a principal figura política no norte da África na época.

No entanto, o apelo da FLN para o público era limitado, devido à brutalidade com que buscava seu objetivo. Os perseguidos e os pobres que mais sofreram com seus atos terroristas ocasionalmente indiscriminados odiavam a FLN. Ela também empregou muitos criminosos comuns, recrutados por sua capacidade de desempenhar ações secretas. Sua desonestidade e brutalidade mancharam a reputação da FLN. Não obstante, ela acabou coordenando a maioria das atividades insurgentes políticas e coercitivas.

Para administrar o movimento, a FLN organizou um governo provisório, composto de um comitê executivo com cinco integrantes e um órgão legislativo. A FLN tinha dois objetivos declarados: a independência para a Argélia e a igualdade para todos. Dividiu a Argélia em oito *wilayas* (regiões), organizou a resistência e preparou a base de uma futura administração pós-colonial. Sua principal linha estratégica de operações era tomar medidas calculadas para atrair a atenção mundial com o fim de obter a simpatia internacional pela sua causa e pressionar o governo francês. A FLN usou panfletos, artigos nos jornais, rádio livre e operações psicológicas para controlar a população; a atividade de guerrilha para controlar as áreas rurais; e o terrorismo para intimidar o povo e coagi-lo a cooperar e para minar a confiança no governo francês. Ela se infiltrava clandestinamente nos partidos democráticos para ampliar seu controle sobre o povo. As autoridades subestimaram sua influência.

A FLN estabeleceu uma ala armada chamada Exército de Libertação Nacional (ELN) para executar operações militares e terroristas, mantendo forte controle político sobre os dois componentes do ELN: as unidades de guerrilha e as formações uniformizadas. As unidades mais convencionais operavam a partir de santuários nos países árabes vizinhos. Os dois componentes estavam equipados com armas leves, mas elas eram inferiores às dos franceses.

A FLN organizou suas alas políticas e militares em células compartimentadas cujos integrantes, exceto os chefes de célula, desconheciam as

atividades e identidades dos outros. Os chefes serviam de elos entre duas células adjacentes para coordenar atividades. A típica “célula de três” incluía o braço direito, encarregado de uma célula responsável por ações violentas, distribuição de panfletos e contatos; o coletor, encarregado de uma célula responsável pela coleta de impostos revolucionários estabelecidos pelo chefe; e o chefe, único em contato com outros líderes de célula e quem recebia a direção das autoridades superiores e organizava a execução de missões.

O ELN organizou mais de 30.000 combatentes em unidades semelhantes a formações de um exército regular, posicionando-as em santuários em Marrocos e na Tunísia. Milhares de voluntários de engajamento parcial enchiam as fileiras. Quando a guerra estourou em 1954, os franceses enfrentaram uma organização preparada para lutar. Em 1957, o ELN era uma força de combate disciplinada de 40.000 homens.

As quatro etapas da guerra. Uma série de ataques insurgentes contra alvos do governo durante a Comemoração do Dia de Todos os

Santos, em 1º de novembro de 1954, deu início à guerra. O conflito se desdobrou em quatro fases:

- Fase I (1954-55): assistiu à disseminação e ao crescimento da FLN.
- Fase II (1955-58): testemunhou a ascensão da FLN ao status de governo paralelo, conforme ela conseguiu ampliar sua influência e controle com um misto de terrorismo e táticas de guerrilha, mas a França reduziu os ganhos da FLN durante operações de contrainsurgência brutais.
- Fase III (1958-61): viu as forças armadas francesas quase destruir o ELN na Argélia. Contudo, enquanto se alcançava a vitória militar, a França iniciou negociações secretas para conceder a independência à Argélia. O ELN aguardou, nos santuários, o resultado das negociações, enquanto a FLN se exilou para operar a partir da Tunísia.
- Fase IV (1961-62): testemunhou a conquista da independência pela Argélia e o estouro da guerra civil entre as forças do governo que apoiavam a FLN e partidários ferrenhos da Argélia francesa. Esta fase também assistiu a



Foto da AP

Um número estimado de 40.000 pessoas exibindo bandeiras da França e cartazes com os dizeres: “Argélia Francesa”, “De Gaulle ao Poder” e “Viva Salan e o Exército” congestionam o foro em frente à sede do governo em Argel, 16 de maio de 1958. O General Raouf Salan era o Comandante Militar Francês na Argélia.

um êxodo em massa dos colonos, ao massacre dos argelinos nativos que haviam lutado ao lado da França e ao início de uma tensão prolongada nas relações entre os dois países.

A série de ataques aparentemente incessante que iniciou a guerra matou não combatentes, destruiu bens e provocou explosões de ira entre o povo. A polícia foi incapaz de lidar com a insurreição interna por si própria porque os terroristas executaram sua campanha numa escala muito maior do que o governo francês considerara possível. Estavam envolvidos alguns milhares de insurgentes, em vez das poucas centenas previstas por alguns. A campanha de terrorismo da FLN passara a ser mais que um simples problema de lei e ordem. Tornara-se uma insurreição em plena escala.

As Linhas de Operações

Três linhas de operações foram obviamente essenciais da perspectiva de lições aprendidas em operações de contrainsurgência:

- manter a vontade política para apoiar o conflito;
- manter o controle da população (o centro de gravidade de ambos os lados);
- destruir a estrutura política e militar do inimigo em cada etapa do conflito.

Manter a vontade política para apoiar o conflito. Uma lição amplamente demonstrada pela guerra é que uma nação pode ganhar uma guerra em termos militares, mas perdê-la estrategicamente. A França conquistou uma vitória operacional, mas sofreu uma derrota estratégica. Se o objetivo de toda guerra é atingir um estado final político, e não simplesmente derrotar um adversário armado em campanha, o estado final idealizado fornece o marco que dita todos os outros aspectos da guerra. Os estados finais claramente declarados e alcançáveis proporcionam uma unidade de propósito e de ação que molda os esforços logísticos, administrativos e diplomáticos necessários para travar a guerra. Um estado final indefinido, indistinto ou vacilante produz a confusão e a discórdia, tornando improvável qualquer tipo de sucesso.

O estado final desejado pela França mudou três vezes em menos de uma década. Passou da tentativa de manter uma sociedade de dois

níveis dominada pelos franceses europeus étnicos (estabelecida desde 1848) para a outorga de cidadania francesa aos muçulmanos em 1958, com o intuito de aliciá-los a apoiar a retenção da Argélia pela França como território francês, e, finalmente, para a concessão da autodeterminação aos muçulmanos em 1960. A mudança de estados finais semeou a discórdia interna e provocou mais caos. “Como perder uma vitória militar pela falta de um estado final político claro e estável” pode resumir, de modo geral, a experiência da guerra da Argélia.

O primeiro passo para manter a vontade política é definir — e depois sustentar — um estado final político alcançável que ofereça esperança à população e mine a legitimidade dos insurgentes. Se o povo não “compra” o projeto político, a guerra é perdida logo de início.

A obtenção de um estado final político claro e estável exigia manter a vontade política do governo e do povo francês e agir com rapidez para estabelecer a lei e a ordem na Argélia. Assim, os esforços paralelos de alta prioridade buscavam cultivar a opinião favorável no país e no exterior.

O conflito argelino demonstrou que um estado final estável não pode resultar de uma entidade política instável. A instabilidade política paralisou a França durante o conflito argelino. Por considerar a Argélia um território francês, o governo da França tentou, a princípio, tratar o conflito como uma questão de imposição da lei, mas o que começou como uma operação de ordem pública se transformou rapidamente numa guerra em larga escala, para a qual a Quarta República estava despreparada. A Argélia abalou a Quarta República de forma tão intensa que o governo entrou em colapso.

Tanto os ativistas comunistas internacionais, que consideravam a guerra imperialista, quanto os norte-americanos, que achavam que o conflito dava vantagem aos comunistas, opunham-se à guerra.

A resposta lenta da França ao conflito despertou o antagonismo de uma parcela cada vez maior da população argelina conforme o conflito se expandiu, e os que não estavam comprometidos no início se juntaram mais tarde aos que desejavam a independência. Assim, o governo francês afastou os que ofereciam a melhor chance de terminar o conflito de modo favorável a ele. Enquanto isso, o público francês não conseguia decidir se era melhor restituir na Argélia o status quo anterior à guerra, negociar o status de membro da comunidade francesa ou apoiar a concessão da independência total. A instabilidade política inerente no parlamento francês levou a uma mudança de regime na própria França em 1958.

O colapso da Quarta República preparou o terreno para mais uma mudança no estado final previsto. O General Charles De Gaulle retornou ao poder em maio de 1958 e pôs fim ao impasse político que surgira depois de um golpe militar francês em Argel. Gerado pela percepção de má gestão da guerra, o golpe visava a compelir o governo a manter a Argélia como território francês. O Exército presumiu que De Gaulle estivesse comprometido em manter a Argélia como território francês e tivesse um mandato implícito, embora vago, para preservar a Argélia francesa, mas isso não se comprovou.

Em retrospecto, podemos ver que a Quarta República cometeu suicídio político ao conceder autoridade total a De Gaulle. Depois de assumir o poder, uma nova constituição foi escrita, que lhe conferiu amplo poder executivo para gerenciar o conflito, e ele passou a acreditar que a independência argelina fosse inevitável, dados os sentimentos anticoloniais e a opinião mundial. Ele iniciou negociações com a FLN, que levaram aos Acordos de Evian em março de 1962. No entanto, a iniciativa de De Gaulle de negociar não prosseguiu sem oposição. Embora as negociações houvessem começado em segredo, elementos de direita do Exército Francês e colonos logo souberam delas e responderam com violência. Em abril de 1961, os generais franceses opostos a elas tentaram um golpe. Logo após a conclusão das negociações, os oponentes organizaram uma campanha de bombardeios na Argélia para tentar impedir a implantação dos acordos.

Em resumo, a França foi paralisada pela situação na Argélia. Nenhum dos ramos do governo tinha o poder para gerenciar a guerra com eficiência ou se desengajar dela com honra. A popularidade de De Gaulle fez com que ele fosse o único político com suficiente influência pública e política para terminar a guerra contra a vontade dos militares e colonos, mas ele precisou tomar uma série de medidas para realizar sua meta.

Tirar a França do atoleiro da Argélia era um pré-requisito para completar a reconstrução europeia, a modernização da França e a integração na OTAN, mas De Gaulle parecia acreditar que era necessário derrotar completamente a FLN antes que as negociações da independência pudessem se desenvolver com termos favoráveis para a França. Conforme a situação se transformou em guerra aberta, foram dadas rédeas soltas a alguns generais (incluindo o General Jacques Massu), em Argel, para lidar com os insurgentes (como foi evidente durante a Batalha de Argel, quando o Exército passou a fazer buscas nas casas e a prender civis). A urgência da situação levou as forças armadas, sob o comando de Massu, a assumirem a função de imposição da lei. Sem treinamento em táticas policiais, os métodos extremamente severos do Exército viraram a opinião pública contra os franceses.

Foi difícil promover o apoio ao conflito. Ele era de interesse bem mais imediato que a guerra na Indochina. Um milhão de cidadãos franceses moravam na Argélia, tendo muitos deles laços íntimos com amigos e parentes na França, e a Argélia era próxima. A população francesa tinha um envolvimento maior na Argélia e prestou muito mais atenção à situação lá. Voluntários lutaram na Indochina, mas dois milhões de conscritos travaram a guerra na Argélia. Esses fatores levaram ao declínio do apoio popular à guerra.

Além disso, o Partido Comunista, os movimentos de extrema esquerda, os jornalistas e os intelectuais (como o filósofo Jean Paul Sartre) contestaram a legitimidade da guerra e da sua execução. O emprego inegável de tortura foi firmemente denunciado, tornando-se um fator decisivo a minar a confiança pública.

Tanto os ativistas comunistas internacionais, que consideravam a guerra imperialista, quanto

os norte-americanos, que achavam que o conflito dava vantagem aos comunistas, opunham-se à guerra. Suas críticas convergiram para corroer a opinião pública francesa e viraram a opinião pública mundial contra a guerra. A imprensa desempenhou um papel central no processo. Fotografias polêmicas puseram em dúvida a legitimidade das ações francesas.

Os franceses empregaram técnicas de operações psicológicas desenvolvidas e formalizadas na Segunda Guerra Mundial para influenciar as principais populações muçulmanas. Contudo, as operações psicológicas minaram seus próprios objetivos no âmbito das ideias. Como os intelectuais apaixonados que formulam as operações psicológicas são, com frequência, ligados a ideologias e fortes vieses, as operações formuladas durante emergências caóticas podem, com facilidade, indevidamente obscurecer a distinção entre a atividade militar legítima e a defesa política partidária. A relativa falta de supervisão no emprego de operações psicológicas por parte das Forças Armadas francesas serviu para polarizar politicamente muitos outrora respeitados oficiais franceses, talvez influenciando sua oposição aos líderes civis. Depois da Guerra, as operações psicológicas se tornaram tabu durante muito tempo na instituição militar francesa. A lição aprendida: os comandantes militares de escalões mais elevados e seus líderes civis devem restringir as operações psicológicas com cuidado e assegurar a devida supervisão civil de tais atividades.

Manter o controle da população. Os franceses tinham de convencer os muçulmanos da Argélia, o principal centro de gravidade do conflito, que o controle francês garantia a sua segurança, que a modernização política e econômica estava em curso e que os muçulmanos que representavam os seus interesses étnicos e nacionais podiam conquistar o poder político. Infelizmente, os franceses não entenderam completamente a importância desses imperativos até ser tarde demais para evitar o caos e a guerra.

A França acabou ganhando o controle sobre os muçulmanos da Argélia, em grande parte pela força, mas a soberania francesa sobre esta era, a essa altura, uma causa perdida. Comparada com outras insurgências, a relação de forças da Guerra da Argélia era excepcionalmente

favorável aos franceses. Para cada oito muçulmanos, havia um cidadão francês determinado a manter a Argélia francesa e disposto a se unir ou cooperar com as forças francesas (unidades de *zuavos* formadas por colonos). Além disso, muitos muçulmanos preferiam, a princípio, continuar sob o domínio francês caso pudessem obter a cidadania francesa. Esse segmento pareceu crescer até 1958, para, então, diminuir quando houve o acordo sobre autodeterminação.

As ações dos colonos destinadas a desacelerar as modernizações políticas e econômicas, que favoreciam as aspirações muçulmanas à cidadania, minaram todas as vantagens demográficas que os franceses poderiam ganhar com a concessão de direitos iguais aos muçulmanos. Por exemplo, a França não podia aplicar um plano de modernização ambicioso de 1954, concebido para angariar o apoio muçulmano argelino, devido à oposição parlamentar gerada principalmente pelos interesses dos colonos. Ademais, o governo não fez praticamente nada para restringir ou responsabilizar alguém pelas retaliações brutais contra os muçulmanos pelo terrorismo do ELN. O fato de que muitos desses ataques nunca foram investigados, ou mesmo condenados, persuadiu muitos muçulmanos de que o sistema de justiça francês nunca seria aplicado igualmente a eles, qualquer que fosse a sua cidadania, e que a sua lealdade nunca lhes beneficiaria social, política ou economicamente.

Para obter o controle sobre a população, os franceses estabeleceram, de forma metódica, a segurança em vilarejo após vilarejo, tentando convencer o povo de que a insurgência devia ser eliminada. Implantaram um plano para destruir os rebeldes em todo o país. Esse esforço resultou no restabelecimento da segurança, da lei e da ordem em 1958, à medida que as forças francesas erradicaram os quadros da FLN e privaram os insurgentes do controle de ambos os terrenos físico e moral nas cidades e nas áreas rurais. A estratégia de expandir a influência e o controle exigiu o conhecimento dos relacionamentos e paradeiros de praticamente todos no país.

Para tanto, os franceses iniciaram um programa “totalitário” de proteção urbana, concebido e patrocinado pelo Coronel Roger Trin-

quier, que identificava parentescos por meio de um censo meticuloso e completo, ligado a uma política de aplicação de segurança por meio da responsabilização da família. Segundo o programa, os chefes tradicionais de todas as famílias eram responsáveis pelo movimento e paradeiro de seus parentes. Os familiares eram catalogados em pequenos grupos nucleares classificados por casa e, em seguida, por relações de família extensa nos quarteirões, bairros e regiões. Em cada nível, os franceses implantaram a política de segurança, com a responsabilização dos chefes de família pelo paradeiro de cada parente.

Os líderes franceses também entenderam a importância do controle da população. Visto que o conflito causou destruição e transtornos econômicos que agravaram a pobreza e pioraram as condições de vida, a FLN começou a aliviar tais injustiças e sofrimentos para aumentar o seu apelo para o público. Seu governo paralelo em expansão teve sucesso em prestar serviços a áreas sob seu controle de fato.

Quando os franceses começaram a desarraigá-los e destruir os quadros de oficiais e combatentes da FLN, os problemas sociais aumentaram. Para enfrentá-los, os franceses desenvolveram e empregaram seções administrativas especiais (SAE), incorporando-as em unidades territoriais a partir de 1958. Essas unidades de SAE dividiram as áreas rurais onde o governo negligenciara serviços essenciais em grades e setores e ajudaram a prestar assistência e serviços, que preencheram a lacuna deixada depois que as estruturas da FLN foram destruídas. Os programas de modernização exibiram significativo êxito local, ajudando a estabelecer a ordem e o controle da população, mas foram lançados tarde demais para mudar o curso do conflito.

Os franceses aprenderam algumas importantes lições desse fracasso, sendo a principal delas a importância de:

- determinar o que alimentou o apoio popular à insurgência (muitas vezes, a frustração quanto às condições econômicas e a falta de serviços públicos ou sua má administração);
- empregar elementos semelhantes às SAE assim que possível no conflito (enquanto a população ainda estiver neutra em relação à insurgência);

- contrabalançar a promoção oportunista de divisões com a restauração da ordem por meio da reconciliação entre grupos nativos.

A população muçulmana da Argélia possuía muitas divisões — berberes contra árabes, cidades contra áreas rurais, a crescente classe média contra camponeses pobres e a divergência entre os insurgentes e os chamados *harkis* nativos (colaboradores), que lutavam no Exército francês. As divisões que os franceses haviam promovido intencionalmente eram tão profundas que nenhuma reconciliação foi possível depois que a guerra civil começou, em 1962. Entre as consequências estavam o êxodo em massa dos colonos para a França e o massacre de milhares de *harkis* (em grande parte abandonados pela França e considerados traidores pela FLN).

Outra lição aprendida: o fortalecimento oportuno da classe de líderes de elite ajuda a criar um sentido de esperança para o futuro entre o povo. No entanto, a França esperou demais para incluir as elites muçulmanas no processo político. A França perdeu a oportunidade de fazê-lo em 1945, ao aprisionar moderados em vez de adotar um sistema que proporcionasse aos muçulmanos um caminho para a cidadania francesa. Quando a França finalmente ofereceu a cidadania aos muçulmanos, em 1958, já era quase tarde demais. A elite muçulmana com mais chances de adotar a cidadania havia, na maior parte, sido massacrada pela FLN ou desertado para se unir a ela. A falta de decisões oportunas por parte da França criou um vácuo político que a FLN e seus partidários preencheram rapidamente.

Destruir a estrutura política e militar dos insurgentes. A destruição completa das unidades militares insurgentes e a erradicação de suas estruturas políticas eram medidas intermediárias

Os franceses empregavam dois métodos de interrogatório para a coleta de informações: a tortura, quando precisavam de informações rapidamente, e o questionamento normal, quando não havia pressa.



Foto da AP

Homens e mulheres muçulmanos levam a bandeira da nova nação enquanto celebram nas ruas de Orã, na Argélia, em 3 de julho de 1962, durante um desfile de libertação depois de 132 anos de domínio francês.

essenciais para controlar a população de forma permanente. A estrutura organizacional militar, a administração de informações e o emprego rigoroso dos princípios de contrainsurgência da guerra na Indochina foram fatores-chave para destruir o aparato político e militar da insurgência.

A estrutura de comando e controle francesa na Argélia na época se prestava bem às operações de contrainsurgência. Repliou o sistema existente de administração civil da França para ajudar a assegurar a unidade de comando em apoio às operações. Os três principais setores (*igamies*) da Argélia correspondiam aos três corpos do Exército Francês, seus 15 departamentos às 15 divisões da França e seus 72 distritos (*arrondissements*) aos 72 regimentos.

Cerca de 90% das unidades militares francesas na Argélia consistiam em infantaria móvel e leve, capaz e adaptável para o combate contra insurgentes com armas leves. Um corpo de exército da reserva em prontidão no nível operacional as apoiava. As formações de tropas nativas reforçavam todos os níveis organizacionais para as operações de inteligência e de

busca e salvamento. Algumas unidades do tipo comando eram 100% muçulmanas. A FLN era especialmente cautelosa com essas unidades. Depois da guerra, muitos que permaneceram fieis à França pagaram com suas vidas.

A estrutura da força da era moderna precisava se adaptar ao caráter de guerrilha da guerra. A Aviação do Exército empregou as lições aprendidas na Indochina. As unidades terrestres passaram a depender fortemente dos meios aéreos para a mobilidade operacional e o apoio aéreo aproximado. Os aviões bimotores a pistão foram retornados ao serviço para fornecer apoio, porque os jatos provaram ser rápidos demais e de difícil manejo para serem eficazes. Alguns pilotos treinados para pilotar jatos precisaram reaprender a pilotar as aeronaves antigas. As forças terrestres se reorganizaram em unidades menores e mais flexíveis, com poder de fogo comparável ao de regimentos mais velhos.

Ambos os lados da guerra identificavam a população como o centro de gravidade. Boa parte do combate ocorreu entre o povo, no qual

elementos insurgentes e terroristas se misturavam livremente, sendo difíceis de identificar. Depois de destruírem as forças inimigas, as forças francesas precisavam manter e administrar as áreas habitadas outrora controladas pelo inimigo, e não simplesmente abandoná-las. As áreas abandonadas logo caíram nas mãos do inimigo. Todos os que haviam demonstrado apoio aos franceses ou permanecido neutros sofreram a ira da FLN. Os assassinatos por vingança aterrorizaram os habitantes restantes ao ponto de submissão, desencorajando a cooperação com as forças francesas.

Não obstante, o controle do terreno era importante. A política de reunir as populações rurais em vilarejos estratégicos deixou áreas vazias onde as guerrilhas podiam se movimentar livremente. As forças francesas sujeitaram as áreas a operações intensivas de busca e destruição. Os comandos *harki* que falavam as línguas e conheciam a cultura e o terreno acossaram os insurgentes.

A vitória também exigia a destruição do governo paralelo dos insurgentes. Depois de eliminarem as estruturas militares e políticas da FLN num vilarejo, os franceses formavam governos pró-franceses e implantavam programas para treinar as forças de autodefesa para ajudar a proporcionar a segurança.

A coleta de informações. A coleta de informações apresenta obstáculos especiais. Em circunstâncias convencionais, envolve, em geral, o interrogatório de inimigos uniformizados segundo a Lei de Guerra Terrestre, conforme codificada por tratados internacionais. As insurgências, porém, envolvem geralmente o terrorismo e as atividades criminosas. É difícil achar inimigos escondidos entre o povo ou entre refugiados que não usam uniformes. É ainda mais difícil separar os criminosos dos combatentes legítimos. O status legal dos terroristas segundo a lei é diferente do status dos combatentes legítimos (incluindo as forças não uniformizadas que portam armas abertamente e não se engajam em práticas proibidas). Esse status legal separado proporcionou uma desculpa para justificar métodos ilícitos.

Os franceses empregavam dois métodos de interrogatório para a coleta de informações: a tortura, quando precisavam de informações

rapidamente, e o questionamento normal, quando não havia pressa. A polícia estava completamente assoberbada e a situação estava fora de controle. A pressão pela obtenção de informações em tempo hábil criada pela campanha intensiva de bombardeios terroristas induziu o General Massu a permitir métodos de tortura convenientes. A tortura não era usada por todas as unidades. Algumas delas se recusavam a empregá-la. Alguns que haviam sido torturados pela Gestapo a aceitavam como inevitável, enquanto outros que haviam sofrido a mesma experiência terrível não a aceitavam. As autoridades políticas francesas apoiaram secretamente a decisão de usar a tortura.

A tortura de pessoas produziu bons resultados de curto prazo. Depois das sessões de tortura, uma análise minuciosa e contínua revelou as organizações da FLN e da ELN, célula por célula, que foram, por sua vez, sistematicamente eliminadas. A tortura de suspeitos se mostrou útil para o sucesso militar de curto prazo e ajudou a destruir a FLN. Contudo, a revelação pública de que as forças francesas haviam usado a tortura teve consequências estratégicas catastróficas. A tortura não era estrategicamente eficiente de uma perspectiva de contrainsurgência. Tinha efeitos morais e psicológicos negativos duradouros sobre a população envolvida e sobre os soldados e cidadãos da própria França. Na prática, sua corrosão moral provou ser danosa.

Em resumo, a coleta de informações na Argélia dependia de técnicas eficazes de controle da população, que exigiam:

- um bom recenseamento;
- o emprego da população nativa para infiltração nas células;
- interrogatórios eficazes que incluíam a tortura, se necessária.

No entanto, os interrogatórios passaram dos limites, tornando-se ações corrosivas em termos morais e estratégicos, que se mostraram prejudiciais no longo prazo. Não obstante, as ações decorrentes dessas informações tinham, em geral, sucesso no curto prazo, porque forçavam a população muçulmana a obedecer.

Os engenheiros de serviços especiais franceses conseguiram induzir assassinatos internos brutais na própria FLN. Faziam isso por meio da manipulação de informações inseridas por agentes que tinham se infiltrado nas células.

A França derrotou as formações militares da FLN usando quatro variações das linhas de operações:

- eliminação do apoio externo oriundo de países vizinhos;
- sucesso na guerra urbana que levou a FLN a perder o controle das cidades;
- sucesso nas áreas rurais, em parte pela promoção de organizações de defesa civil nos vilarejos remotos;
- emprego de técnicas eficazes de busca e destruição na varredura das áreas de refugiados.

As formações regulares da FLN dependiam da Tunísia e do Marrocos como refúgios. A Tunísia também abrigou bases para organizar ataques transfronteiriços e preparar missões de abastecimento para as guerrilhas urbanas. Para interromper as linhas de comunicação e abastecimento, os franceses construíram a Linha Morice, uma barreira de 320 km de comprimento ao longo da fronteira com a Tunísia, que aliava uma cerca a unidades móveis e mecanizadas de busca e destruição, apoiadas por artilharia e complementadas por buscas de armas em portos marítimos e campos de aviação.

Mais tarde, essas medidas ensinaram os franceses a usar ações secretas, se possível, contra as nações que apoiavam insurgências ou grupos terroristas. Tal sigilo ajuda a minimizar a crítica externa e a pressão política. Os franceses empregavam as operações secretas para destruir as remessas de armas e neutralizar o apoio à FLN.

Na Argélia, o controle de áreas urbanas representou a legitimidade. Na busca dessa legitimidade, a FLN exercia o controle administrativo sobre os centros urbanos, ao mesmo tempo em que minava a autoridade do governo mediante a interrupção dos serviços essenciais e de segurança. Para vencer a FLN, o governo francês precisava se apossar dessas áreas e controlá-las e, ao mesmo tempo, derrotar o governo paralelo.

O General Massu assumiu o comando de uma força policial e militar *formada para o fim específico e in extremis*, recebendo a autoridade para a imposição da lei interna, para a unidade de comando. Uma vez reunida, a força passou a usar dados de recenseamento coletados

anteriormente para ajudar a formular linhas de ação contra os insurgentes. Tiveram início duas batalhas por Argel.

As Batalhas por Argel

Em resposta à ameaça de uma greve geral em 7 de janeiro de 1957, o prefeito de Argel concedeu às forças de Massu poderes policiais normalmente mantidos nas mãos das autoridades civis.

Na primeira Batalha de Argel, os franceses furaram a greve organizada pela FLN, iniciaram medidas de controle da população e se engajaram na guerra terrestre, empregando patrulhas, operações de cerco e busca e postos de controle apoiados por desertores da FLN. Enquanto isso, os agentes secretos destruíram as redes do inimigo.

Em poucas semanas, a França destruiu as estruturas políticas e militares da FLN, desmantelou sua rede de bombas e eliminou ou neutralizou 1.827 *fellaghas* (criminosos), incluindo 253 assassinos e aproximadamente 200 terroristas. Durante essas ações de estabilização, as forças francesas tiveram apenas dois mortos e cinco feridos — uma vitória inequívoca à primeira vista. Os principais fatores para o sucesso militar na batalha são relacionados a seguir:

- declaração de um estado de emergência que concedeu a Massu a autoridade policial para vasculhar casas e prender pessoas;
- unidade e liberdade de ação das forças armadas, da administração, da polícia e de todos os órgãos de aplicação da lei, incluindo os sigilosos;
- controle da população pelo recenseamento;
- coleta eficaz de informações pela infiltração;
- destruição de redes terroristas;
- emprego de técnicas de interrogatório em massa; e
- uso de grades que dividiram a casbá como um bolo.

Infelizmente, os sucessos de controle da população não perduraram. A FLN reconstruiu sua organização rapidamente, exigindo que a França se engajasse numa segunda batalha de Argel para erradicar o inimigo mais uma vez.

A segunda batalha foi mais como uma operação policial; exigiu o apoio de apenas um

regimento aeroterrestre. O sucesso resultou, em grande parte, de uma campanha de desinformação concebida e promovida pelo Capitão Paul-Alain Leger, em que agentes se infiltraram na FLN e iniciaram boatos que criaram uma onda de suspeita destrutiva e violência interna nas redes secretas da FLN. A campanha de desinformação convenceu a FLN a executar um grande número de traidores suspeitos entre suas fileiras.

Os franceses empregaram medidas severas para controlar Argel e outros centros urbanos, mas esse sucesso tático teve um preço estratégico e moral alto. Algumas das táticas utilizadas para travar a batalha converteram a vitória num desastre moral, com efeitos negativos de longo prazo no apoio público.

Conclusão

O estudo da Guerra da Argélia é útil aos estudantes contemporâneos de guerra revolucionária e de contrainsurgência. Sua história revela muitas das mesmas origens de conflitos e as mesmas complexidades encontradas na situação atual de segurança mundial. As tradições, expectativas e políticas remanescentes de uma potência colonial passada eram a fonte do conflito. Seria possível vencer a guerra se a França tivesse enfrentado as questões de forma mais realista de um ponto de vista político?

Uma lição importante que surge do conflito é que um estado final político bem definido é essencial para moldar todos os aspectos da execução de tal guerra: se o estado final não é bem definido, o emprego da força é, muitas vezes, dissipador na melhor das hipóteses, e na pior, nocivo. Além disso, o conflito salientou a necessidade de equilibrar o emprego de força com medidas que visam a conquistar os corações e as mentes do povo. Por fim, a França controlou a população, mas nunca realmente conquistou o seu total apoio à sua causa. As forças francesas fizeram muito para aliviar o sofrimento infligido ao povo durante as operações de busca e destruição, mas o emprego de métodos brutais para obter informações (isto é, a tortura ou ameaças de violência) apenas traumatizou a população muçulmana, assim sujeitando-a à obediência e afastando-a da França no final. Os problemas técnicos e de

moral dos interrogatórios em massa prejudicaram a execução da guerra por parte da França, permanecendo, de muitas formas, sem solução.

Uma lição final da guerra é que em qualquer ambiente de contrainsurgência é provável que a velha ordem seja irreversível. O conflito representa o nascimento de uma nova ordem, não uma oportunidade de retornar a uma velha ordem; e o sucesso depende de aceitar, adaptar e formar, e não de tentar voltar ao passado.

Os princípios fundamentais aprendidos do conflito moldam as operações do Exército Francês ainda hoje e incluem o reconhecimento da necessidade de:

- conceder um alto grau de autonomia operacional às unidades que operem em tal ambiente;
- exigir que as unidades mantenham contato estreito com o povo para promover a compreensão e evitar antagonizá-lo e perder o foco objetivo;
- treinar os soldados nativos para assegurar sua lealdade à causa e a liberdade de ação para a força.

A França continua a aplicar as lições da experiência franco-argelina em toda a África quatro décadas depois do conflito em que foram aprendidas.

A Guerra da Argélia deixou uma herança mista no Exército Francês. Envolveu dois golpes militares e métodos brutais de coleta de informações e causou mal-entendidos entre políticos e segmentos das forças militares ocasionados por agendas divergentes durante a execução da guerra.

Finalmente, como a Argélia obteve sua independência no meio de uma guerra civil, que levou muitos anos para se resolver, ela tem numa relação bastante complexa e caótica com a França, de ódio e de amor. A página está sendo virada neste exato momento, para melhor, para o futuro da França e da Argélia. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Library of Congress country study, Algeria.
2. O componente islâmico da insurgência argelina não deve ser confundido com os movimentos islâmicos fundamentalistas que exigem o domínio islâmico nos governos existentes atualmente, contra os quais a FLM moderna também lutou ferozmente nos anos 90.